

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da força de trabalho**

## **O EMPREENDEDORISMO NO ESTADO BRASILEIRO E OS PERVERSOS REFLEXOS PARA OS TRABALHADORES**

**IRENILDA ANGELA DOS SANTOS<sup>1</sup>**

**RAQUEL BRAGA LACERDA<sup>2</sup>**

### **RESUMO:**

Este discute a formação do mercado de trabalho no Brasil, partindo da gênese da formação do mercado de trabalho brasileiro. Analisamos o processo de transformação da força de trabalho em empreendedorismo, e apontamos a funcionalidade da ideologia empreendedora ao capital e seu potencial de ocultar as contradições da relação capital versus trabalho que surge para esconder a precarização do trabalho.

**Palavras chaves:** Empreendedorismo; Mercado de trabalho; Precarização do trabalho.

### **RESUMEN:**

Se analiza la formación del mercado laboral en Brasil, a partir de la génesis de la formación del mercado laboral brasileño. Analizamos el proceso de transformación de la fuerza laboral en emprendimiento, y señalamos la funcionalidad de la ideología empreendedora al capital y su potencial para ocultar las contradicciones de la relación capital versus trabajo que surge para ocultar la precariedad del trabajo.

**Palabras clave:** Emprendimiento; Mercado laboral; Precariedad del trabajo

### **Introdução**

Este artigo tem a intenção de discutir a formação do mercado de trabalho no Brasil realizando uma crítica à ideologia empreendedora, refletindo sobre algumas de suas implicações

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso

<sup>2</sup> Universidade Federal de Mato Grosso



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

para a classe trabalhadora. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que recupera a construção da classe trabalhadora no Brasil pela perspectiva de autores como Ianni, Marini, Florestan Fernandes e Sampaio Júnior. Além de outros autores marxistas e marxianos.

Partimos da gênese da formação do mercado de trabalho brasileiro que teve na escravização da força de trabalho negra e indígena o modo de trabalho que se adaptou mais ao capital que a servidão, como as plantações de cana do Brasil — que foram assentadas sobre o trabalho escravo. E como essa herança relegou aos trabalhadores brasileiros uma super-exploração da sua força de trabalho, que após o início do trabalho “livre” a formação do mercado de trabalho no Brasil foi um trajeto histórico extenso e tortuoso, sendo que sua trajetória gerou muitos confrontos e relutâncias. O capital internacional precisou monopolizar largamente o aparelho estatal, daí a necessidade da primazia do Estado sobre a sociedade para garantir a ampla liberdade de ação para aproveitar as potencialidades de cada região como reservas de matéria-prima e como plataformas de exportação de mercadorias que requerem mão-de-obra barata. É na troca desigual baseada na desvalorização da força de trabalho, pelo alto grau de exploração da força de trabalho.

Analisaremos o processo de transformação da força de trabalho em empreendedorismo, além de problematizar os elementos de contradição desta perspectiva a partir da crítica da economia política em Marx, e reflete sobre o pertencimento de classe do “trabalhador-empendedor”. De como o capitalismo buscou ao longo de sua trajetória capturar a essência do trabalho que é uma auto atividade vital para humanidade e transformou como uma atividade meio da vida para se conseguir sua subsistência. Por fim, apontaremos a funcionalidade da ideologia empreendedora ao capital e seu potencial de ocultar as contradições da relação capital versus trabalho que surge para esconder a precarização do trabalho: o “trabalhador empreendedor”.

### **A gênese do mercado de trabalho brasileiro**

A massa trabalhadora sempre teve pouco protagonismo nas mudanças na formação do Estado Brasileiro. Essa massa amorfa, como caracterizou Ianni, sempre foi induzida a carregar as bandeiras das elites econômicas como se elas fossem suas, essa realidade ainda é perceptível mesmo nos dias atuais, pois o trabalhador que é socialmente valorizado, não é o trabalhador que deseja aspirar ao trabalho autodeterminado e que busca uma melhoria coletiva e social, mas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

aquele que busca na competição individual sua ascensão e pertencer a uma elite que nunca as abrigou ou as abrigarão. A engrenagem que transmuta indivíduos expropriados em proletários é o condicionamento para o trabalho. Como Marx nos evidencia, no capítulo XXIV da obra o Capital, sobre acumulação primitiva, é esta “subordinação”, imposta pela violência que, de fato, garante e consolida a nossa formação do mercado de trabalho.

Percebemos que o valor do trabalho perante a sociedade brasileira sempre foi rebaixado, tendo em vista que foram séculos de trabalho forçado pela escravização da força de trabalho negra e indígena. Para Marini (2005, p. 13) no Brasil a escravidão é um modo de trabalho que se adaptou mais ao capital que a servidão, como as plantações de cana do Brasil — que foram assentadas sobre o trabalho escravo. Mas para o autor, o regime de trabalho escravo constitui um obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da remuneração do trabalhador. Tendo em vista que:

*A superioridade do capitalismo sobre as demais formas de produção mercantil, e sua diferença básica em relação a elas, reside em que aquilo que se transforma em mercadoria não é o trabalhador — ou seja, o tempo total de existência do trabalhador, com todos os momentos mortos que este implica desde o ponto de vista da produção — mas sua força de trabalho, isto é, o tempo de sua existência que pode ser utilizada para a produção, deixando para o mesmo trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, desde o ponto de vista capitalista. É esta a razão pela qual, ao se subordinar uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, o aprofundamento da exploração do escravo é acentuado, já que interessa, portanto, a seu proprietário reduzir os tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador. (MARINI, 2005, p.14).*

O regime escravocrata traz consigo um forte condicionamento para o trabalho, em outras palavras, o escravo é ajustado para o trabalho via coerção, através de métodos violentos (açoite, marcas de ferro em brasa, reclusão, dentre outros), a coerção do cativo garantiu a reprodução do modo de produção no escravismo. Devemos nos questionar qual a origem do ideário propagado de que o povo brasileiro é um povo criativo, empreendedor e que sempre soube transformar sua triste realidade em alegres exemplos de superação, como se deu esse processo nos anos de formação econômica brasileira que forjou nossa nação. Mas será que esse conformismo e cordialidade é mesmo nossa principal característica? Será que restou outra opção de sobrevivência se não fosse assumir esse papel de povo conciliador?

A formação de um mercado de força de trabalho livre no Brasil foi um trajeto histórico extenso e tortuoso, sendo que sua trajetória gerou muitos confrontos e relutâncias. Poderíamos passar longas linhas descrevendo o processo colonial no Brasil, muitos foram os autores que se enveredaram nessa odisséia, mas utilizaremos alguns na tentativa de desvendar como o ideário



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

empreendedor afetou a construção de leis e na formação de algumas políticas públicas implementadas no país. Carvalho (2021, p.240) nos relata que após 1880, tornou-se necessário impedir que os homens livres tivessem acesso à propriedade da terra, tendo sido promulgada a Lei de Terras, de 1850, que restringia a aquisição de terras devolutas através da compra.

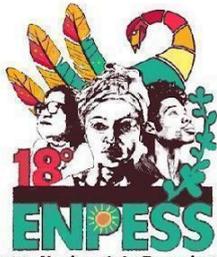
Iniciaremos discorrer sobre as considerações sobre a sociedade capitalista que estava se desenvolvendo no Brasil sob o olhar de Florestan Fernandes.

*Nas sociedades nacionais dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com suas estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica. Na fase de ruptura do regime colonial, tais estruturas alimentam e tornam possível a adaptação aos dinamismos econômicos do mercado mundial, que na realidade desencadeiam e condicionam a transição, e servem de base à gradual formação de uma economia nacional "independente". A intensidade e os efeitos estruturais ou dinâmicos dessa fase dependem, naturalmente, da herança econômica, cultural e política recebida da época colonial. (FERNANDES, 2006, p. 179-180).*

Desde o período colonial até 1930, o Brasil centrou suas atividades econômicas na produção de produtos primários para a exportação para suprir o mercado externo. Fernandes (2006, p.35) nos proporciona reflexões históricas e sociológicas na busca de desvendar o Brasil, que teve uma sociedade na qual imperou-se a violência como técnica de controle do trabalho escravo e num regime antiescravista que disfarçava e exprimia o afã de expandir a ordem social competitiva. Nesse artigo tentaremos descrever como se forjou a burguesia que Fernandes (2006, p.36) descreveu que encarna a "capacidade de inovação", o "gênio empresarial" e o "talento organizador", requeridos pelos grandes empreendimentos econômicos modernos.

*A emergência e a difusão de atitudes, avaliações e comportamentos típicos do "espírito capitalista" antecedem a formação do "capitalismo"; mas esse processo, por sua vez, modifica o "espírito capitalista" em sua organização, conteúdos psicossociais e socioculturais tanto em suas orientações exclusivas. Essas conclusões confirmam o esquema dialético de explicação das formações sociais, segundo o qual nas fases de desagregação e colapso de uma forma social subsequente, tanto em termos estruturais quanto em termos dinâmicos. (FERNANDES, 2006, p. 39).*

Esse espírito capitalista precisa monopolizar largamente o aparelho estatal, daí a necessidade da primazia do Estado sobre a sociedade, para Ianni (1984, p. 35) não existe nenhuma mística incorporada ao povo, para o autor existe uma aceitação geral de que a nossa sociedade seja "amorfa". Talvez o autor descreva essa nuance da sociedade brasileira porque ela que tenta sobreviver sob o manto dos signos de violência, que tem na ação violenta do Estado, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

forma para perpetuar a manutenção das classes dominantes no poder. Pois a característica da burguesia brasileira é ser antissocial, antinacional e antidemocrática.

O capital internacional pleiteia livre acesso às economias periféricas, pois assim pode decidir - em função de suas estratégias de valorização da riqueza em escala mundial - se seus mercados serão explorados mediante produtos importados ou mediante produção local. O capital internacional espera, também, ampla liberdade de ação para aproveitar as potencialidades de cada região como reservas de matéria-prima e como plataformas de exportação de mercadorias que requerem mão-de-obra barata. É na troca desigual baseada na desvalorização da força de trabalho, pelo alto grau de exploração da força de trabalho.

*Todos estão de acordo em que as classes dominantes, ou os blocos de poder, sempre buscaram impor seus interesses, em geral de forma exclusiva, sobre o conjunto da sociedade. Por meio da "conciliação entre as frações de classes dominantes" e lançando mão de "medidas aplicadas de cima para baixo", em geral os blocos de poder conseguiram monopolizar largamente o aparelho estatal. Seja impondo-se pela violência, seja antecipando-se na adoção de medidas paliativas, seja cooptando lideranças e organizações, com frequência as classes e frações de classes dominantes impõem-se aos grupos e classes subordinados, na cidade e no campo. Talvez se possa dizer que "as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população". (IANNI, 1984, p. 33).*

A dinâmica econômica interna era subordinada aos ciclos dos países industrializados, o Brasil que tinha um modo de produção capitalista dependente, conforme Sampaio Júnior (1999, p. 204) nos diz que o desenvolvimento dependente consiste em um modo de participar no sistema capitalista mundial. Com a exaustão do ciclo expansivo responsável pelo elevado dinamismo econômico do pós-guerra, como nos descreve Sampaio Júnior (1999, p. 17) enfraqueceu a classe operária, devido a substancial diminuição na proporção de trabalho-vivo e trabalho-morto no processo produtivo. Sampaio Júnior (1999, p. 18) continua sua descrição da mobilidade do capital internacional que teve seu impulso a partir do avanço tecnológico e financeiro, que se tornaram as principais armas de controle dos mercados. Esses fenômenos foram responsáveis pelo aparecimento de desemprego estrutural e pelos processos desestruturantes que afetaram os sistemas produtivos incapazes de acompanhar o novo ciclo de incorporação de progresso técnico.

O destino da classe trabalhadora depende inteiramente dos movimentos no polo de acumulação de capital, não existe autonomia para a classe trabalhadora na repartição do produto. Verificamos que as classes nas sociedades capitalistas têm um limite do valor que a classe trabalhadora pode se apropriar, sendo esse limite a taxa de lucro do capitalista, e quanto menor



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

for a taxa de mais valia do capitalista maior será a pressão sobre o capital variável. Fernandes (2006, p. 179) nos traz um esboço sobre a formação e o desenvolvimento da ordem social competitiva, para o autor existe uma adaptação às potencialidades econômicas e socioculturais existentes.

### **A transformação da força de trabalho em empreendedorismo**

Se, antes, no regime escravista tínhamos a compra do indivíduo que realizava o trabalho manual, na atualidade poderíamos dizer que existe o aluguel desse indivíduo que realiza o trabalho. Devemos compreender a visão de Marx sobre o objetivo das crises econômicas, como situações agudas, formadas naturalmente pela dinâmica do capitalismo e com o fim último de reequilibrar as condições de existência do sistema. Assim, como o capitalismo buscou ao longo de sua trajetória capturar a essência do trabalho que é uma auto atividade vital para humanidade e transformou como uma atividade meio da vida para se conseguir sua subsistência.

Para Lucáks (2013, p.78) economia e a técnica estão, no desenvolvimento do trabalho, numa coexistência indissociável e têm relações ininterruptas entre si, que se mostra na dialética contraditória entre fim e meio; pelo contrário, muitas vezes acentua sua contraditoriedade. Essa contradição causa fontes inevitáveis de conflitos de valor, entre o progresso econômico e o desenvolvimento social, que levou ao fim do comunismo primitivo por uma necessidade econômica, pela sociedade de classes e pela divisão social do trabalho.

*A contraditoriedade do desenvolvimento desigual manifesta-se nesse âmbito de forma dupla: por um lado, surge normalmente e de forma decisiva para a práxis social a valoração positiva da forma de integração realmente alcançada rumo a um em-si do gênero humano; para alguns indivíduos, porém, é possível, antecipando com o pensamento a tendência da história, expressar uma intenção voltada para o ser-para-si unitário do gênero humano, muitas vezes não sem um efeito social significativo. Por outro lado, em contraposição a isso, surge, do que igualmente já falamos, um movimento de resistência contra esse desenvolvimento para um patamar superior, um combate ao amanhã em nome do hoje. (LUCÁKS, 2013, p. 214)*

Se outrora a grande indústria permitia aos trabalhadores uma interação e um reconhecimento daqueles pertenciam a uma mesma classe social. Agora estamos vivenciando a decomposição do trabalho contratado e regulamentado, que prevaleceu ao longo do século XX, conforme Antunes (2009, p. 239) nos anuncia. E estamos testemunhando a sua metamorfose em diferentes modos de flexibilização, pelas diversas formas de "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário", terceiro setor etc.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Fontes (2017, p.47) diz que a coexistência de grandes massas de trabalhadores em espaços comuns, subordinados à mesma empresa (ao mesmo “patrão”) sempre traz enorme tensão para o capital. Porque quando essa massa se reconhece e se interage é mais fácil que surja uma organização, quase que natural, entre os trabalhadores. Essa identificação se torna mais concreta a partir da convivência diária, e a reação ao despotismo capitalista é mais rápida, e ao longo da história essa organização, através dos sindicatos, levou a conquistas como: a regulamentação da jornada de trabalho, direito às férias, décimo terceiro, alimentação, transporte, dentre outros direitos assegurados segundo as históricas lutas da classe.

O capitalismo arquitetou um processo muito complexo após 1968, que fundamentalmente visava arrebentar a consciência, a solidariedade e a organização de classe. Para isso, então, foi vital a expansão tecnológica, porque a partir dela o capital não precisava mais concentrar um grande número de trabalhadores no mesmo espaço físico e geográfico e pode assim esparramar por várias partes do mundo um pequeno número de trabalhadores por vários lugares pelo mundo. Assim se quebrou a solidariedade, a coesão e a organização que a grande fábrica permitia.

Alves (2006, p. 89) nos traz que o processo de precarização do trabalho não atinge somente a objetividade da classe do trabalho, mas principalmente a subjetividade de classe. Ao transformar a força de trabalho em empreendedorismo, o capital faz um processo de captura complexa e sinuosa da subjetividade do trabalho à lógica do capital. E desde sua gênese ele sempre tenta capturar essa subjetividade, em todo momento de crise estrutural essa captura se renova.

E segundo Fontes (2017, p.49) coube aos Estados capitalistas prepararem os trabalhadores à subordinação direta ao capital, condicionando para essa massa que: o desemprego é uma condição normal.

Para lograr o apagamento jurídico da relação real de subordinação do trabalho ao capital, é necessária uma mudança de postura do trabalhador: ele deve ser uma mercadoria que deve ser empreendedora e capaz de se autovalorizar, pois quanto mais há trabalhadores miseráveis maior é a sujeição a espoliação e ao vilipêndio.

Para Mazzucato (2014, p.79) o empreendedorismo é um dos temas menos compreendidos em economia, e segundo a economista, para o economista austríaco Joseph Schumpeter,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

empreendedor é alguém, ou um grupo de pessoas, disposto e capaz de transformar uma nova ideia ou invenção em uma inovação bem-sucedida. Mas como o empreendedorismo vem sendo empregado como resposta ao contexto de desemprego estrutural no capitalismo contemporâneo.

Na economia clássica o empreendedorismo não era um foco central, conforme nos aponta Gianturco (2014, p. 26) foi a partir da escola austríaca com as contribuições de Israel Kirzner que colocou a função do empreendedorismo no centro do “processo de mercado”. Porque até a década de 70, período em que Kirzner publica sua obra, o capitalismo concentrava sua exploração nos setores industriais e agrários, mas a partir da inserção do regime de acumulação flexível foi possível o capitalismo avançar em novas frentes de exploração como o setor de serviços.

*Kirzner coloca no centro do “processo de mercado” o agente empreendedor, chegando a afirmar que concorrência e empreendedorismo coincidem e não existem um sem o outro. Kirzner obviamente não pode deixar de confrontar a tese de J. Schumpeter, à qual dirige críticas importantes. Kirzner, referindo-se explicitamente às teses de Ludwig von Mises, parte da premissa que o mercado não é um fenômeno estático, onde o empreendedor (inovador) age como se fosse um dado terceiro e exógeno destruindo criativamente uma ordem estabelecida e levando-o ao desequilíbrio. O mercado não é um estado, mas um “processo” de uma realidade dinâmica em constante movimento e nunca em equilíbrio, onde o empreendedor atua como elemento interno é parte integrante do sistema, e não como destruidor de um suposto equilíbrio perfeito precedente, mas como o agente que observa e aproveita as oportunidades ainda não exploradas, coordenando assim os vários planos individuais e desencadeando um mecanismo que tende ao equilíbrio. Nesta perspectiva, o empreendedor é o motor do sistema, aquele que de certo modo desde o início torna possível a exploração das oportunidades, a interação, a troca, a coordenação dos planos individuais. Sua ação consiste em estar atento, em ter uma “especial perspicácia” em perceber oportunidades de lucro ainda não aproveitadas e desfrutá-las. Fórmula que Kirzner resume com o termo “estado de alerta” (alertness). (GIANTURCO, 2014, p. 26).*

Para que esse ideário empreendedor ficasse entranhado na mente do indivíduo, esse tópico da agenda neoliberal teve importante papel - o Estado, que atuou sob várias áreas. É neste contexto que surgem pressões para uma completa remodelação do mundo do trabalho, com um maquinário tecnológico altamente desenvolvido, através das tecnologias de informação e comunicação o capital consegue impor suas condições e assim promove paulatinamente a diminuição do trabalho formal, estável, em tempo integral e socialmente protegido. Através da institucionalização da vulnerabilidade, determinado pelo aumento de diferentes formas de precariedade. Essa modernidade nos remete às formas de precarização do início do modo de produção capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

*[...] obedecendo a sua dialética própria, interna e inevitável, em seu direto oposto. A troca de equivalentes, que aparecia como a operação original, torceu-se ao ponto de que a gora a troca se efetiva apenas na aparência, pois, em primeiro lugar, a própria parte do capital trocada por força de trabalho não é mais do que uma parte do produto do trabalho alheio, apropriado sem equivalente; em segundo lugar, seu produtor, o trabalhador, não só tem de repô-la, como tem de fazê-lo com um novo excedente. A relação de troca entre o capitalista e o trabalhador se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo está no fato de que o capitalista troca continuamente uma parte do trabalho alheio já objetivado, do qual ele não cessa de se apropriar sem equivalente, por uma quantidade maior de trabalho vivo alheio. Originalmente, o direito de propriedade apareceu diante de nós como fundado no próprio trabalho. No mínimo esse suposto tinha de ser admitido, porquanto apenas possuidores de mercadorias com iguais direitos se confrontavam uns com os outros, mas o meio de apropriação da mercadoria alheia era apenas a alienação [Veräußerung] de sua mercadoria própria, e esta só se podia produzir mediante o trabalho. Agora, ao contrário, a propriedade aparece do lado do capitalista, como direito a apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos. (MARX, 2015, p. 802).*

O que por muito tempo era a exceção durante o século XX, agora o capital nos tenta impor como a regra, o trabalho informal tem uma nova aparência, surge para esconder a precarização do trabalho: o “trabalhador empreendedor”, porque se no século XIX os escravizados foram libertos porque não era útil ao capital o tempo não produtivo desse trabalhador e somente o interessava sua força de trabalho conforme nos descreve Marini (2005, p. 14). Essa é sempre a batalha constante do capital contra a classe trabalhadora, que busca sempre reduzir o tempo de trabalho vivo com a combinação entre as formas “polivalentes”, “multifuncionais”, “qualificadas” com formas terceirizadas, rotativas e precarizadas como nos aponta Tonelo (2019, p. 146). Nessa procura, o capital segue seu caminho pelas vias da precarização social e do trabalho, percorrendo um processo multidimensional de institucionalização da vulnerabilidade, determinado pelo aumento de diferentes formas de precariedade e de exclusão. Que se apoia na redução dos custos de produção a partir da flexibilização do trabalho, que se estabelece pela via da precarização do trabalho.

Para ganhar uma sobrevivência diante da crise de acumulação dos anos 70 criou-se uma complexa combinação de formas de exploração e de constituição do sistema produtivo mais flexível dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Surgindo novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de produtos de financeiros, novos mercados e intensificação da inovação comercial, tecnológica e organizacional. Criou-se um vasto movimento do emprego no “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais novos em regiões subdesenvolvidas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O pressuposto que Alves (2013, p. 238) nos traz do padrão produtivo toyotista não é a simples transformação da força de trabalho, nem o revolucionamento da técnica. Mas sim a renovação da interação entre homem-técnica, a partir dessa inovação constituiu-se a ideologia da gestão no contexto da rede informacional. Foi necessário debilitar as formas de organização coletiva do mundo do trabalho e aprofundar a integração “por cima” do sistema de comunicação e circulação. Uma mesma mercadoria poderia ser produzida em distintas partes ao redor do mundo e com isso quebrou-se a estabilidade e atomização laboral como parte do esforço de dificultar a organização coletiva.

O que Alves (2013, p. 237) nos revela além desse revolucionamento entre “homem-e-da-técnica” é que essa nova forma organizacional necessita “capturar” a subjetividade do trabalho vivo, para que aja um novo modo de vida, a qual possa permitir a reprodução social. Assim como, na origem do modo de produção capitalista foi preciso converter meios de vida em capital, o capitalismo segue, permanentemente, extraindo do trabalhador a mais-valia através da troca desigual, baseada na desvalorização real da força de trabalho e pela super-exploração. Marx já nos trazia em sua obra o Capital I, no capítulo 13 sobre a Maquinaria e grande indústria que nos leva a reflexão sobre o processo de valorização do capital:

*Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível. Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva. A cisão entre as potências intelectuais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação daquelas em potências do capital sobre o trabalho, consuma-se, como já indicado anteriormente, na grande indústria, erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade detalhista do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como coisa diminuta e secundária perante a ciência, perante as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo que estão incorporadas no sistema da maquinaria e constituem, com este último, o poder do “patrão” (master). (MARX, 2015, p. 607).*

Se ao longo da história a tese de que o capitalista era o empreendedor que assumia os riscos, hoje vemos essa aparência metamorfoseando-se na figura do trabalhador. A reprodução de mecanismos de acumulação primitiva e a depredação do meio ambiente são características da atualidade não só inerentes ao capitalismo dependente conforme descreve Sampaio Júnior (1999, p.138), mas vem sendo a tônica no mundo do trabalho, que vem sendo devastado por todos os lados, tanto no hemisfério Sul quanto no Norte.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Elas sempre estiveram à espreita, no qual o espírito burguês tem um caráter "ultra especulativo" e uma natureza "ultra extorsiva", e ele avança com mais intensidade nas sociedades onde os trabalhadores não oferecem uma forte resistência.

O cenário mundial que Filgueras (2021, p.04) descreve nas últimas quatro décadas é menos favorável para políticas de desenvolvimento e piorou depois da crise de 2008. Observamos contínuos ataques aos postos de trabalhos estáveis e formais, além da necessidade ensandecida de corroer a capacidade de subsistência daqueles que só têm a sua força de trabalho para sobreviver.

E, para Fontes (2017, p. 52) pode haver mais trabalho e menos emprego, decorrente dessa intensificação da *expropriação secundária*: o trabalho por peças de trabalho, trabalho a domicílio, os estágios, e as empresas de alocação de mão de obra.

*Com a crise de 2008, após um primeiro momento em que as políticas neoliberais pareciam perder terreno, a premissa da austeridade como condição para retomar o crescimento novamente ganhou força pelo mundo. No que concerne à narrativa sobre os novos trabalhadores, a necessidade de cortes de direitos sociais e o papel da qualificação e do empreendedorismo para resolver o problema do desemprego voltam com força redobrada. Além da necessidade de cortes de gastos, os direitos sociais se mantêm como um problema econômico pelos incentivos que continuam gerando. Direitos como seguro-desemprego, auxílio para pais solteiros, subsídios para moradia servem de muleta aos indivíduos para deixarem de trabalhar. Essa ideia continuou a ser espalhar pelos países centrais, a exemplo do Reino Unido. A campanha, recorrente, vem tanto dos governos quanto dos meios de comunicação: mostra, por exemplo, empresas que supostamente não conseguem achar candidatos que queiram trabalhar. Séries de TV buscam casos caricatos de famílias pobres para estereotipar como oportunistas, desonestas e, especialmente, preguiçosas as pessoas que dependem de direitos sociais associados à renda para sobreviver. No Brasil, em que pese sua rede de seguridade muito modesta, os direitos sociais têm sido objeto de fortes ataques desde a Constituição de 1988. Nas últimas duas décadas, porém, parte das forças empresariais combateu até mesmo o Bolsa Família – programa que atenua levemente a vulnerabilidade da população mais pobre e tem baixo impacto orçamentário. (FILGUEIRAS, 2021, p. 61).*

Essa nova morfologia do trabalho vem avançando sob diferentes formas, por diversos países como nos mostra Antunes (2018, 41), de um precarizado que cresce nas economias centrais como na Itália, na Espanha, na Inglaterra, na França, em Portugal, nos Estados Unidos etc. O trabalho que cresce atualmente é o trabalho com uma aparência de ser moderno, mas se assemelha às condições do século XVIII, sem a atuação dos sindicatos e com as formas contemporâneas que Antunes (2018, 41) descreve de trabalho escravo, semiescravo, precarizado, informal, terceirizado, flexibilizado, dando contemporaneidade às formas pretéritas do outsourcing,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

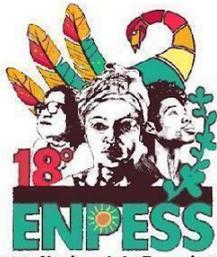
do putting out, etc. No qual o trabalhador produzia fora das fábricas, na Inglaterra do século XVIII, que muito se assemelha às formas terceirizadas de pejetização.

No Brasil a devastação do trabalho formal se intensificou com a aprovação da terceirização total (conforme consta do PLC 30/2015) e depois com a chamada Reforma Trabalhista (PLC 38/2017). Conforme a análise de Krein e Colombi (2019, p. 03) nos aponta que houve uma estratégia de desenvolvimento ancorada no dinamismo do setor privado, em detrimento do papel do Estado como indutor do processo econômico e, sobretudo, como garantidor de uma tela de proteção social.

Como exemplos, temos as alterações na legislação brasileira ocorridas nos últimos anos: a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), aprovada em 2016; a reforma trabalhista, que, na forma da Lei nº 13.467/2017, alterou 201 pontos da legislação trabalhista e, com a Lei nº 13.429/2017, liberou a terceirização e ampliou o contrato temporário. E aliada a elas, a aprovação da polêmica reforma do ensino médio (Lei nº 13.415) em 2017, podemos ver o capital se impondo e esmagando os direitos protetores do trabalho através de seus representantes políticos eleitos com o voto popular.

*[...] cuja justificativa basilar foi a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, parece não fazer sentido, já que as oportunidades de ocupações dignas, seguras e bem remuneradas se encontram cada vez mais escassas. Ferretti (2018) explica, entretanto, que as alterações promovidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) concentram-se na formação profissional e no desenvolvimento de competências em linha com as exigências do capitalismo contemporâneo, excluindo o papel questionador e a formação integrada. Isso ocorreu tanto por meio da separação dos itinerários formativos, com a inclusão da formação profissional, quanto por meio da exclusão da obrigatoriedade de disciplinas como Artes, Sociologia e Filosofia. O que se vê não é, portanto, uma contraposição, mas um alinhamento entre as reformas, já que a reforma do ensino médio “alinha-se aos postulados da Teoria do Capital Humano, bem como do individualismo meritocrático e competitivo que deriva tanto dela quanto da concepção capitalista neoliberal” (FERRETTI, 2018, p. 33). Além disso, a reforma do ensino médio, nesses moldes, encontra sua possibilidade de efetivação na reforma trabalhista, uma vez que esta possibilita a contratação de professores em modalidades mais flexíveis de trabalho. Essa necessidade tende a aumentar, já que as escolas não terão condições de ofertar os cinco itinerários estabelecidos na lei, obrigando os professores a buscar novas formas de inserção dentro ou fora do campo educacional. A situação é ainda mais grave para os professores de disciplinas que tiveram sua obrigatoriedade retirada pela nova lei. (KREIN; COLOMBI, 2019, p. 07).*

A reforma trabalhista flexibilizou a utilização do tempo de trabalho, as formas de contratação e de remuneração. Sua aprovação visou a fragilização das instituições de proteção e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

individualizar os riscos, submetendo os trabalhadores a trajetórias profissionais cada vez mais instáveis e inseguras.

Diante dessa nova dinâmica da sociedade capitalista a força de trabalho deve se subordinar à lei oferta e procura, sendo ora demandada, ora desprezada, como qualquer bem que é produzido para a venda. Contudo Netto e Braz (2006, p. 34) nos lembra que não devemos esquecer que foi a partir do trabalho que fez emergir o ser social, que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal.

A melhor jogada do capital contra a classe trabalhadora foi essa transformação do trabalhador em um empreendedor individualizado, assim quebra-se o elo coletivo, sua identidade como classe se esfarela. Porque para Fontes (2017, p.48) os trabalhadores subordinados a um mesmo patrão, num mesmo espaço geográfico são capazes de se identificarem efetivamente através do seu modo de vida, na subordinação comum de uma rotina compartilhada ao longo de anos de vida. A partir desse cotidiano concebia-se uma aparência de conformidade entre trabalho (a atividade criativa), emprego (a forma concreta da sujeição do trabalhador ao capital) e vida (sociabilidade).

Com isso, aqueles que só conseguem sobreviver através da sua força de trabalho se esquecem que o trabalho é, sempre, atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos conforme nos traz Netto e Braz (2006, p. 34). Mesmo que, segundo Fontes (2017, p. 53), o Estado através da legislação - procure apagar as determinações de classe, impondo como “necessárias”, “naturais” ou “incontornáveis” as exigências do capital frente ao restante da população.

### **Considerações finais**

A informalidade sempre fez parte da sociedade brasileira ao longo da sua trajetória no modo de produção capitalista. Essa mão de obra informal constituía o exército de reserva, outrora mencionada na obra marxista, no Brasil ela foi formada pela mão de obra descartada pelo regime assalariado introduzido após o fim do regime escravista. Com o advento da nova reestruturação produtiva inserida com o regime flexível foi, ainda, mais evidente a crise de desemprego estrutural que é inerente do modo de produção capitalista, que precisa dela para sua sobrevivência e

acumulação de valor, o capital precisa de um exército de miseráveis ociosos disponível para se submeter às condições de precarização do trabalho impostas pelo capital.

Essa realidade da abrangência do capital em atividades que antes não lhe seriam produtivas, é a forma que o capital se renova, se reinventa e utilizando a velha forma de extrair o valor através da expropriação da força de trabalho do ser que vive dela. Se utilizando da aparente transformação de trabalhadores em empreendedores, com base no empreendedorismo como resposta ao contexto de desemprego estrutural. Se antes o setor de serviços era um setor preterido em detrimento do setor agrícola e industrial, hoje ele assume posição de destaque para alavancar os lucros de um conjunto de monopólios pelo mundo. Mas para que o capital tenha sucesso nessa jornada é necessária uma transformação do perfil do trabalhador, é necessário que ele assuma os riscos das suas atividades laborais, para enriquecimento das grandes corporações mundiais, através da exploração do sobretrabalho dessa massa de trabalhadores.

Para o capitalismo se expandir é necessária uma fronteira externa para se colonizar, devastar, incorporar. Ele precisa produzir permanentemente mais trabalhadores explorados, precarizados e converter meios de vida em capital. O capitalismo não tem origem no mérito, na livre iniciativa, no espírito empreendedor e aventureiro dos empresários. Ele nasceu e se mantém do roubo, pingando sangue e lágrimas, pois se impõe perante o mundo através da violência como sua parteira e mantenedora.

## Referências

- ALVES, Giovanni. "Toyotismo e subjetividade: As Formas de Desefetivação do Trabalho Vivo no Capitalismo Global." *Organizações & democracia*, 2006.
- . "Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI." *Textos & Contextos*, jul/dez de 2013: 235-248.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo : Boitempo, 2018.
- . *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CARVALHO, Mariana. *Mercado de trabalho no Brasil: particularidades da formação social e econômica e a universalidade sistêmica do capital*. Juiz de Fora: Revista Libertas, v. 21, n.1, p. 236-255, jan. / jun. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. “É tudo novo”, de novo: *As narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FONTES, Virginia. “Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho.” *Marx e Marxismo*, 2017: 45-67.
- GIANTURCO, Adriano. *O empreendedorismo de Israel Kirzner*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2014.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008.
- IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. São Paulo: Vozes, 1984.
- KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. . “A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário.” *Educação & sociedade*, 2019: 11-40.
- LUKÁCS, György. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: L.E.C.H. Ltda, 1972.
- . *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: Uma introdução a crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TONELO, Iuri. *A crise do capital e seus efeitos: a nova dinâmica internacional do capitalismo pós-2008*. Campinas: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, 2019.